XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima, 2019.

O desafio das identidades frente a homogeneização dos modos de vida nas cidades: Quilombo Urbano na Região Metropolitana de Belém (PA).

Suelen Reis da Conceição y Rodrigo Correa Diniz Peixoto.

Cita:

Suelen Reis da Conceição y Rodrigo Correa Diniz Peixoto (2019). *O desafio das identidades frente a homogeneização dos modos de vida nas cidades: Quilombo Urbano na Região Metropolitana de Belém (PA). XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-030/167

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

O desafio das identidades frente a homogeneização dos modos de vida nas cidades: Quilombo Urbano na Região Metropolitana de Belém (PA)

Suelen Reis da Conceição[i]
Rodrigo Correa Diniz Peixoto[ii]

Resumo

A desnacionalização do Estado-Nação é uma variável indispensável para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas. Para o âmbito das cidades urbanas, apresenta-se como um fenômeno cujo principal efeito é a competitividade de agentes locais na administração das cidades de forma que estas atinjam potencial para a expansão dos segmentos privados, sobretudo, os imobiliários e turísticos. Em conformidade com esta premissa, o discurso de desenvolvimento urbano tem facilitado a apreensão da cidade enquanto espaço homogêneo, invisibilizando memórias locais, diferenças e peculiaridades da cidade lugar. Considerando esse panorama, o objetivo deste trabalho consiste na análise sobre os desafios das identidades locais, a partir da Comunidade Quilombola de Abacatal, localizada em Ananindeua (Região Metropolitana de Belém/Pa, Brasil), diante da padronização de modos de vida e consumo nas cidades. O discurso do desenvolvimento urbano parte de uma identidade única dos citadinos, e esta identidade está diretamente relacionadas com as possibilidades de consumo da e nas cidades. As identidades e relações sociais que, na cidade, estão consolidadas através do pertencimento ao território são, continuamente, alvo do planejamento estratégico e da propaganda de urbanização, desconsiderando as práticas cuja lógica envolve solidariedades, trocas, cooperativismos, associativismo e reprodução ampliada da vida para além da reprodução econômica. O artigo articula teoricamente autores como Boaventura de Sousa Santos (1994) e Arturo Escobar (2005) no debate sobre o discurso hegemônico de desenvolvimento urbano e a incidência desse discurso na promoção da mercantilização das cidades.

Palavras-chave

Identidade cultural. Quilombo. Homogeneização das cidades.

Introdução

A discussão sobre a cidade enquanto lugar de reprodução e a aporte do capital possibilita diversas análises no âmbito das Ciências Sociais, inclusive na perspectiva das teorias Pós-Coloniais[iii]. Pensar a cidade contemporânea é considerar o seu papel num contexto local, bem como sua interlocução com o global, sobretudo, com o desencadeamento dos processos de globalização.

Asociación Latinoamericana de Sociología

Essas considerações são importantes por que permitem o estudo do planejamento Urbano, disciplina que atua no ambiente urbano, enquanto ferramenta consonante ao discurso de desenvolvimento urbano hegemônico e homogêneo, cujas ações, sob a tríade ordenação, regulação e desenvolvimento, dispõem-se através de relações de poder que movimentação a construção da cidade numa perspectiva mercadológica e interesse privados de determinados segmentos, negando a existência e o direito à cidade a partir de uma relação com o lugar considerando as vivências diversas que sobrevivem nas cidades.

O Planejamento estratégico, denominação para a lógica de planejamento urbano cuja principal premissa é a viabilização de lugares funcionais ao capital, é um dos meios pelos quais o pensamento da colonialidade tem se efetivado nos meios urbanos. A colonialidade é reproduzida justamente em relações que objetivam a adequação dos lugares aos ditames do discurso de desenvolvimento, cujas consequências, e a experiência da colonização revelou isso, legitima violências sobre as identidades, os recursos naturais e ao nosso modo de conceber os lugares.

É verdade que a resistência se firmou e têm se firmado muitas vezes diante do discurso, mas é verdade, também, que o discurso ganha muito mais adeptos cada vez que o poder midiático compara o modo de vida das grandes cidades do norte global com as do Sul global[iv], mostrando a estética e funcionalidades das primeiras, e a necessidade de modernização das últimas. A publicidade é parte fundamental dessa oferta de cidade desenvolvida e seu consumo, o consumismo de lugar ganha força na cidade a partir desse urbanismo competitivo, através da cidade espetáculo (Acserald, 2013).

Essa dinâmica de adequação das cidades a uma lógica de venda e consumo intensificou-se coma globalização, e essa racionalidade mercantil se espraia no sul global com maior possibilidade de atuação, dada as relações de interesse e de colonialidade que ainda dominam e determinam a estruturação desses lugares.

Autores como Mario Rodrígues Ibáñez (2003), por exemplo, têm dado subsidio para pensar o papel das cidades coloniais na América do Sul. Ibáñez problematiza a noção de urbanização enquanto sinônimo de civilidade, e historiciza o nascimento da cidade como o lugar da invasão, da expropriação das populações locais e originarias, argumentando que essas marcas continuam a se reproduzir na cidade contemporânea

> *Las ciudades son el corazón de la reproducción de los modos de vida dominantes, coloniales, modernos, capitalistas. Las ciudades son el lugar donde se alimentan las*

Asociación Latinoamericana de Sociología

> *subjetividades que consolidan nuestro histórico saqueo y el extractivismo primario al que nos condenó la colonia. Y, sin embargo, nuestras ciudades no escapan de su sino; no pueden no ser habitadas por nuestros otros modos de vida profundamente indígenas u originarios, que disputan desde "lo popular" sus significados y sus configuraciones (Ibáñez, 2003, p.225)*

Civilidade, modernização são, de fato, as noções que permeiam o discurso do desenvolvimento urbano, e não reconhecem modos diferentes de se relacionar com a cidade.

As cidades amazônicas, por exemplo, preservam diferentes formas de organização e interação no ambiente urbano, como a presença de quilombos. Na Região Metropolitana de Belém, são, aproximadamente, quatro comunidades quilombolas vivendo a e na cidade de formada diferente da veiculada como a mais adequada de experenciar o ambiente urbano. Modernizar as cidades têm significado transformá-las em *espaços homogêneos*, impossibilitando sua existência enquanto *lugar* (Escobar, 2005).



Foto 1 – Produção de Farinha – Comunidade Quilombola Abacatal
Foto: autora, 2018.

Asociación Latinoamericana de Sociología

O discurso da modernização parte de uma identidade única dos indivíduos que tema cidade como ambiente de produção e reprodução social, de tal forma que só é possível pensar em pluralidade na cidade partindo de uma unilateralidade: os modos de vidas urbanos publicizados pela mídia, ou seja, pessoas que se relacionam com esse lugar sempre por um viés mercantil. Formas de relações viabilizadas pela solidariedade, trocas, cooperativismo, reprodução ampliada da vida para além da reprodução econômica, que são encontras, por exemplo, nas feiras, portos públicos[v], mercados[vi] são continuamente alvo do planejamento estratégico, do discurso da modernização e organização, sem, no entanto, considerar a vivência e a relação dos sujeitos com o lugar. É importante, como salienta Arturo Escobar, ter o cuidado para não essencializar/naturalizar esses lugares, todavia, a perspectiva da cidade enquanto *lugar* é uma das possibilidades de resistência ao planejamento estratégico, e a negação do direito a cidade que é viabilizado, sobretudo pelo consumismo.

1. Globalização e o acirramento das disputas entre as cidades

Os processos de globalização é tema recorrente na Sociologia, sua incidência nos fenômenos e nas dinâmicas sociais exige o aprofundamento da investigação na tentativa de compreender formas pelas quais esse movimento da modernidade estende-se.

A globalização[vii] intensificou as crises do Estado-nação e as consequências destas crises se espraia, especialmente, no sul global, de acordo com Boaventura de Sousa Santos. A fragilização do Estado-nação significou a mudança da sua atuação para agente executor de políticas iniciadas no âmbito transnacional. Para o caso das cidades, a globalização é parte do acirramento de relações assimétricas de domínio locais, posto que as cidades têm servido como meio para o aporte do capital – desde as crises do capital que se dão a partir da década de 1960 – sendo a política neoliberal a expressão dessa necessidade de reprodução do capital pelos mais diversos âmbitos da sociedade, bem como a manutenção de novas formas de regulação social e política.

As políticas urbanas são exemplos dessa execução que se dá transversalmente; os financiamentos de instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, ganham força a partir dos anos 80 em decorrência do agravamento da dívida no terceiro mundo; é nesse momento que instituições financeiras passam a se estabelecer a partir mais ativa e como parte importante nos acordos de renegociações de dívidas. Segundo Arantes (2006), essas instituições não

Asociación Latinoamericana de Sociología

são neutras e requerem uma agenda afirmativa: pretendem uma modelagem de um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado. São instituições que se expressam sob uma lógica empresarial, ou seja, operam com critérios de rentabilidade. O financiamento também apresenta importantes condicionantes para o acesso ao crédito por parte das cidades na intenção de criar cidades que atendam o grande interesse privados

> *O objetivo desse novo sistema de financiamento é tornar as cidades "autossustentáveis" e, no limite, autofinanciáveis no mercado privado. Recorrendo a este tipo de recurso, os municípios passam a apostar em obras e investimentos que apresentam taxas de retorno, no mínimo, equivalentes aos ustos do capital emprestado, em uma concepção de ação pública cada vez mais financeirizada. (Arantes, 2006, pág. 8)*

O entendimento dessas políticas nos permite uma leitura de como as cidades têm planejadas e quais setores elas devem atender; também é possível estabelecer relações com os modelos de urbanização que são efetuados atualmente, que contam com financiamentos de instituições multilaterais, e as expectativas que eles carregam enquanto possibilidades de retorno financeiro.

O papel crescente das economias subnacionais, locais e regionais são, de acordo com Santos (2004), chave para entender a desnacionalização do estado nacional

> *Os governos locais competem entre si para transformar as suas cidades ou regiões em agentes de competitividade muito para além da economia nacional. Os parques científicos, os centros de inovação, os programas de formação profissional, os mercados de trabalho regional, a cultural loca, as novas infraestruturas do domínio da telemática, sistemas de transmissão por cabo, transportes urbanos rápidos, redes electrónicas, qualidade de vida urbana: tudo isto são investimentos locais que colocam o espaço subnacional em elemento de redes transnacionais (Santos, 2004, pág. 289)*

Santos assinala vários aspectos sobre os quais os agentes locais focalizam na tentativa de inserir suas cidades numa agenda transnacional de investimentos. O autor menciona como uma dessas ações a "qualidade de vida urbana", e essa noção necessita de cuidado na sua discussão, o próprio autor salienta no texto supracitado, a desigualdade no acesso a esses bens que, segundo o discurso hegemônico de criação da cidade, promovem o bem-estar urbano. Mais uma vez, o acesso a esses bens dar-se via consumismo dos que pode fazê-lo.

Qualidade de vida urbana ainda é um requisito caro para as populações que moram nas periferias das cidades. O município de Ananindeua[viii], por exemplo, segundo dados do

Asociación Latinoamericana de Sociología

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)[ix], tem o 4º maior PIB entre as cidades do Estado do Pará, no entanto, apresenta o pior índice[x] de saneamento básico dentre as 100 maiores cidades do Brasil: 28%, apenas, dos mais de 510 mil habitantes têm água encanada, e 2,9% contam com coleta de esgoto domiciliar.

A disputa entre as cidades para receber investimento transnacional está muito mais ancorada num melhoramento estético, ou seja, "qualidade de vida urbana" não significa exatamente, e quase nunca significa, melhorias estruturais nem mesmo em serviços básicos para a população. As cidades continuam com problemas permanentes, vide o caso dos alagamentos no período de inverno amazônico e a instabilidade da oferta do serviço de abastecimento de água em Belém, enquanto o planejamento estratégico segue com projetos onde a participação popular é mais um discurso do que um fato, e o beneficiamento da população é condicionado por relações assimétricas de interesses. Há um abandono da cidade, em certo sentido, e, por outro, uma utilização estratégica da mesma.

É certo, também, que algumas cidades conseguem maior promoção que outras, e é justamente essa promoção que fomenta maior concorrência entre elas. Essa concorrência corrobora para a sustentabilidade do Estado-nação cujas ações se dão estritamente por uma rede estratégica mercadológica (Rodrigues, 1999). A perda desse poder iniciador de ordenamento por parte do Estado deve ser encarada como pauta no debate político do papel do Estado e o modelo dos modernos estados nacionais.

2. A nova ordem de reestruturação urbana: a cidade como espaço homogêneo

Os estudos culturais têm dado ênfase ao lugar e as especificidades deste. O *frenesi da globalização* enfraqueceu a noção de lugar, e isso acarretou perdas a nossa compreensão do ambiente que nos cerca em diversos sentidos. A retomada do lugar na discussão sobre ser e conhecer é crucial para a manutenção do sentido de pertença, este, por sua vez, suscita a resistência frente a radicalização da negação do lugar enquanto permeado de vivências sociais e significado.

A utilização dos conceitos espaço e lugar, na perspectiva de Escobar (2005), possibilita pensar não somente os territórios específicos onde a ligação dos sujeitos com a natureza seja maior, mas considerar a relação do lugar nos ambientes em que a ligação com a natureza enfraqueceu-se justamente por uma assimilação da ideia de espaço. Considero que seja o caso das cidades, onde a ideia de urbano associada à modernidade, favorece o discurso das cidades globais. E essa ideologia de fazer parte

Asociación Latinoamericana de Sociología

de uma cidade de caráter global é defendida por agentes e agências que se beneficiam com a possibilidade articular financiamentos e investimentos. Por outro lado, para o sujeito que vive a cidade, essas possibilidades parecem estar muito menos no plano real que no plano ideal.

Em “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? ”, Escobar menciona a omissão) de algumas discussões que poderiam ser aprofundadas, entre elas, o impacto da tecnologia digital no lugar. É importante assinalar que, no que diz respeito a acesso à internet, as cidades urbanas são as mais assistidas, e isso configura parte da propaganda da cidade enquanto um ambiente global, no qual todos estão conectados por uma rede mundial de informações e de influências.

As constantes interações através da rede mundial de computadores (espaço virtual) devem ser consideradas na discussão sobre o desapego ao lugar, dado que se perde a noção real de lugares; as concretudes das interações na contemporaneidade tomam o espaço virtual como legítimo, dotado do maior sentido por estar associada a ideia de “ação humana” (Escobar, 2005).

Escobar, no artigo supracitado, atenta para a impossibilidade de ser pensar o lugar naturalizado, ou seja, sem influências externas, considerando, inclusive, as características da modernidade como o esvaziamento de tempo e espaço, todavia, o autor ratifica a necessidade de pensar as práticas múltiplas do lugar e sua criação histórica, e, a partir desse posicionamento científico e político, pensar em formas de apreender o global.

A ideia de espaço como lócus privilegiado na sociedade moderna é compartilhada por diversas teorias, em especial, na teoria social moderna ocidental

> *O domínio de espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. Ao retirar a ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo (Escobar, 2005, pág.64)*

Esse privilégio do espaço é formulação para diversas disciplinas, e, certamente, o ideário urbano de construção de cidade adota essa noção.

Mesmo a ideologia promovida pelo fenômeno da globalização de espaço sobrepondo-se ao de lugar, algumas contradições da globalização são levantadas por vários autores

Asociación Latinoamericana de Sociología

(Boaventura (2004), Giddens (1994), Rodrigues (1999), a própria tentativa de homogeneização é uma delas por que, na verdade, essa tentativa não significa estritamente anulação de especificidades locais. Por outro lado, a manutenção dessas especificidades se faz possível através de resistências e de compreensões distintas de mundo a partir de vários lugares por que são reações heterogêneas

> *As socioesferas dos indivíduos remetem, cada vez mais, para rede de relacionamentos e estilos de vida transnacional e translocais, mas que por isso não deixam de possuir expressão territorial, muito embora esses territórios, num contexto de acelerada mobilidade a várias escalas, incluindo a planetária, como é comum no mundo atual, não digam respeito à ideia ou ideologia da "tradicional" comunidade ou bairro (Rodrigues, 1999, pág, 44)*

Assim como Escobar, Rodrigues descarta a possibilidade da naturalização dos territórios num processo de globalização, todavia, são as possibilidades de resistência e formulação teórica a partir de vivências locais, adotando um caráter múltiplo da realidade as ações científicas, políticas, econômicas, culturais, etc.

Para o caso das cidades um, dentre vários, dos questionamentos levantados por Escobar é pertinente: "Pode o lugar ser reconhecido como projeto?". A questão é que a política urbana moderna pensa e constrói a cidade a partir de projetos. No próximo item discorro sobre as projeções estéticas e economicistas feitas para as cidades e o impacto dos projetos sobre o lugar citadino.

2.2 padronizações das paisagens citadinas, modos de vida e consumo de lugares

A gentrificação[xi] enquanto *modus operandi* do planejamento estratégico é a mais reconhecida na atualidade. Trata-se de uma estruturação urbana que prevê o enobrecimento de determinadas áreas da cidade para fins d especulação. Conforme Luís Mendes, "[…] as relações sociais de produção têm uma existência social enquanto existência espacial, isto é, projetam-se concretamente no espaço", (2010, pág. 23). Essa reestruturação estabelece a ida de uma classe de maior renda para determinados lufares, e, principalmente, a ida do capital para essas áreas, portanto, a concretude de relações demarcadas pelo capital.

Os processos de requalificação urbana apresentam particularidades dado o lugar onde eles acontecem, muito embora, estudos que dão ênfase aos mecanismos estruturais canalizados por estes processos, como é o caso dos estudos do geógrafo britânico Neil

Asociación Latinoamericana de Sociología

Smith, demonstrem como alguns padrões se assemelham na maioria dos casos. Essas semelhanças se dão exatamente pelo fato da gentrificação se constituir como um modelo estrutural sistêmico, adotado no contexto neoliberal, onde a cidade precisa desenvolver-se enquanto agente econômico, em "cidade-empresa" através de um novo planejamento urbano (Vainer, 2002).

As cidades passam a ser encaradas dentro de uma lógica de competição, produzindo riqueza e comercializando não somente aspectos materiais, como boa localização para viver, mas uma série de elementos ideológicos que contribuem para disseminar padrões de consumos e modos de vida urbana que a cidade deve adotar.

Os processos de gentrificação implicam, ainda, numa homogeneização de paisagens comerciais, residenciais, ao redor do mundo. Dito isto, é importante salientar que este fator contribui para uma mudança significativa do perfil econômico das áreas em transformações e de sua descaracterização originária.

As tentativas de homogeneização das cidades são perceptíveis, além das visivelmente encontradas no cotidiano a partir das referências de cidades globais, por ferramentas tais como desenhos urbanos dispostos em projetos com características de gentrificação.

Os desenhos desses empreendimentos vendem alguns estilos de vida e a exposição midiática (atrelada a uma apropriação desse discurso por parte do poder público e outros agentes sociais) facilita a aceitação desses estilos de vida por substancial parte da população, muito embora, ela quase sempre não possa desfrutar de tais formas de se relacionar com o espaço. Muitos discursos "humanísticos" são apropriados por gestores públicos para dar um caráter legitimador as ações de "reorganização" dos espaços.

É possível identificar uma padronização nos projetos urbanísticos que são empreendidos nas orlas das cidades brasileiras. Essa uniformização das paisagens nas cidades está carregada de simbolismo que convergem para o consumismo de lugar através de discursos que tomam a arte, cultura e modos de vida para suavizar os efeitos de poder higienização social dos processos de gentrificação. É uma forma de caracterizar os processos como abrangentes, e o mais próximo possível da população.

As gentrificações criam espaços, espaços novos, deixando para trás o espaço que havia ali, e esse mecanismo de criação de territórios é fundamental para o processo de acumulação e reacomodação do poder e do capital, e nesse caso, de uma economia urbana global. A criação de um novo espaço para atender outros grupos domésticos incide, diretamente, em práticas que não estão em consonância com os interesses do

Asociación Latinoamericana de Sociología

grande capital. Os altos custos de despesas e a concorrência desleal com empreendimentos que contam com financiamento e grande exposição midiática, leva a uma queda nos pequenos empreendimentos e serviços que são prestados em áreas que passam por essas transformações, incidindo, com mais veemência, nas atividades de economia popular.

Nesse sentido, a gentrificação pode ser aferida como a concretude da apreensão da cidade enquanto espaço, sem considerar peculiaridades, mas criando ambientes em que a lógica do capital se aproprie de quaisquer outras formas de conceber o lugar nas cidades urbanas.

Considerações finais

As cidades urbanas no Brasil e no mundo têm amparado o discurso da modernização, e a assimilação de espaços urbanos modernos. Para as populações que fazem uso diário e concreto desses lugares, esse modelo de construção de cidade parece estar em descompasso com as reais necessidades dos citadinos, além de relegar à participação popular uma posição secundaria e passiva perante as políticas e projetos urbanos.

Para contrapor essa hegemonia do fazer política urbana de forma unilateral, a resistência e a reivindicação popular são posicionamentos políticos indispensáveis e que cada vez mais ganham forças. São vários os movimentos que reclamam o direito a cidade de forma concreta e em várias dimensões: habitacional, saúde pública, transporte, lazer, segurança, etc. Essa movimentação popular é uma constante em várias cidades e mostra a emergência das formulações de políticas públicas que reconheçam a relação das pessoas com o lugar e, suas reais necessidades, suas reivindicações. A questão é um planejamento compromissado com problemas estruturais da cidade (alguns são reclamados há décadas e absolutamente nada tem sido feito), bem como a contemplação das especificidades do lugar nas formulações de políticas urbanas, são simplesmente a transposição de projetos de outros centros, e com isso a reprodução de desigualdades e assimetrias no acesso à cidade.

O embelezamento de uma cidade é parte de uma construção social de lugar, mas é a precisa estar atrelada a possibilidade de usufruto por parte da população e não por parcelas segmentadas da sociedade, além disso, sanar as demandas que há tempos são constantemente levantadas por quem se relaciona com um lugar é parte elementar de uma política que pretenda proporcionar qualidade de vida urbana de forma

Asociación Latinoamericana de Sociología

democrática.

Notas

i Socióloga. Mestra em Sociologia. Professora da Rede Pública Estadual do Pará – Brasil. Suelenreis.c@hotmail.com

ii Doutor em Antropologia, Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – Universidade Federal do Pará – Brasil. Rodrigopeixoto1810@gmail.com

iii As teorias Pós-Coloniais têm sido de grande referência para pensar as relações sociais que se estabelecem a partir de um quadro comportamental que guarda resquícios coma a experiência violenta da colonização.

iv Entendendo o Sul como metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo (Boaventura, 200, pg. 27)

v Existe um amplo debate sobre o Projeto Portal da Amazônia (PA), em execução desde 2005 pela Prefeitura Municipal de Belém com financiamento do BANCO Interamericano de Desenvolvimento (BID), e os portos públicos da Palha e do Açaí dão lugares que ganham destaque na discussão justamente por não constarem no projeto. Os croquis do projeto mencionam a construção de shoppings para cumprir a função hoje feita pelos portos, ignorando a existência da dinâmica já construída nesses lugares.

vi O projeto de reforma do mercado Ver-o-Peso (PA) elaborado e apresentado, em 2016) pela Prefeitura Municipal de Belém foi alvo de várias críticas, dentre elas a ausência de diálogo com os trabalhadores do mercado e a sociedade civil. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério Público Federal (MPF) interviram, e atualmente o projeto passa por reformas. Essa unilateralidade dos projetos é frequente, e, poucas vezes, encontra impasses para ser executada.

vii O conceito de globalização implica várias consequências e dimensões de acordo com cada autor que tem se debruçado sobre o estudo desse fenômeno. Para o presente artigo destaco a fragilização do Estado nação, na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, como um dos desdobramentos da globalização que mais guarda relações com as transformações urbanas na atualidade.

viii Integra a Região Metropolitana de Belém; segundo município mais populoso do estado do Pará. ix PIB dos Municípios, 2014.

x Divulgado pelo Instituto Trata Brasil com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SIS), 2016.

xi A denominação gentrificação aparece na literatura através dos escritos da socióloga Ruth Glass na sua descrição sobre o processo de higienização social ocorrido em

Asociación Latinoamericana de Sociología

bairros londrinos em 1964. O processo então se caracterizou por uma retirada da classe trabalhadora de alguns bairros centrais em Londres, removida para dar lugar a moradores de classe média e alta. A definição dada por Glass propõe um claro recorte de classe – genty: pequena nobreza – enfatizando que a luta de classes marca a construção dos ambientes, inclusive ambientes urbanos

Referências

Acserald, H. Cidade – Espaço Público? A economia política do consumismo nas e das cidades. Revista. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.234-247, jan./jun.2013.

Arantes, O; Vainer, C; Maricato, E. A cidade do pensamento único. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

Arantes, P, F O ajuste urbano às políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Fauusp. Pós n. 20. São Paulo, dezembro, 2006.

Escobar, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: Lander, Edgard (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005. Pp. 133-168.

Asociación Latinoamericana de Sociología